

Comunicação e as novas tecnologias no contexto de atuação política dos movimentos sociais contemporâneos: um estudo do portal ILGA.ORG

Communication and new technologies in the context of political action of contemporary social movements: a study of the portal ILGA.ORG

Antônio Carlos Sardinha | sardinhajor@yahoo.com.br

Jornalista formado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, especialista em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Federal da Grande Dourados, com atuação na área de direitos humanos, ênfase nas questões ligadas à comunicação, cidadania, participação social, política pública e sexualidade. Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e integra o Grupo de Estudos sobre Direitos Humanos (FAAC/UNESP).

Resumo

O artigo discute as estratégias de apropriação de esferas públicas contemporâneas empreendidas pelo movimento LGBT na afirmação de identidade e reconhecimento, a partir de estudo do projeto de comunicação desenvolvido pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais, que culmina na criação do portal www.ilga.org.

Palavras-chave: tecnologias da informação e comunicação; movimento LGBT; participação política.

Abstract

The article analysis the strategies of contemporary public spheres appropriation undertaken by the LGBT movement in the affirmation of identity and recognition, based on a study of the communication project developed by the International Association of Lesbian, Gays, Bisexual, Transgender and Intersex, culminating in the creation of www.ilga.org portal.

Keywords: *information technologies and communication, movement LGBT; political participation.*

UMA LEITURA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

As inúmeras tentativas de configurar, ao menos provisoriamente, a natureza e as características do que se convencionou ser a sociedade contemporânea revelam uma disputa de sentidos estratégicos que os aparatos técnicos de processamento de dados e informações assumem no contexto contemporâneo da sociedade em rede (CASTELLS, 1999).

Não parece haver dúvidas que a presença das novas tecnologias de informação e comunicação reorganiza e interfere em dinâmicas sociais nos campos da política, da economia e da cultura.

O debate, sobretudo ligado à Comunicação, parece estar no modo como está pensada a apropriação dos recursos potencialmente disponíveis pelos aparatos técnicos. A apropriação das novas tecnologias, nesse caso, torna-se um aspecto central na medida em que evidencia posturas políticas reveladoras de uma percepção das relações sociais e das relações de poder que permeiam essa sociedade tecnológica.¹

Essa compreensão do significado que a Comunicação assume em um contexto global de trocas e intercâmbio de informações é importante quando pensamos o diálogo entre práticas de comunicação em meio aos discursos da informação, do conhecimento e da ação, que estruturam a relação com o mundo e referenciam os sujeitos na sua busca por compreender a realidade.

Ao destacar a dimensão normativa da Comunicação, bem como destacar os seus aspectos políticos e culturais, Wolton (2006) sugere um lugar para a Comunicação. Ao invés de restringir-se à transmissão de dados, comunicar é menos um processo com começo e fim e mais uma questão de mediação, um espaço de coabitação, um dispositivo que visa amortecer o encontro de várias lógicas que coexistem na sociedade aberta (WOLTON, 2006, p.32).

A Comunicação torna-se, nesse sentido, valor central em uma sociedade aberta que há mais de dois séculos, ao menos no Ocidente, superou a centralização e as hierarquias em favor do sujeito e de sua liberdade e onde as trocas entre os indivíduos tem um valor intrínseco. Essa dimensão normativa, em contraponto à dimensão funcional, conferem à Comunicação um papel de organização simbólica, mais do que um canal, em meio à profusão técnica de transmissão de dados e informação.

Essa mesma dimensão normativa, que assinala as diferenças entre informação e comunicação, marca a transição para uma nova etapa da relação entre o informativo e comunicacional e mais, lança indicadores para entendermos as contradições, as falsas promessas e os equívocos da propaganda Sociedade da Informação.

Em linhas gerais, as inovações na área das tecnologias da informação e da comunicação tornaram os fluxos de informação uma constante, fruto da globalização das técnicas, que acompanha o movimento das duas primeiras

globalizações, a política e econômica. Para Wolton (2006) caminha-se para uma terceira etapa da relação informação-comunicação em que estão colocadas as condições para garantir a dimensão normativa da comunicação, ou seja, em detrimento de aspectos técnicos e econômicos, e do fetiche da velocidade, da quantidade e da transmissão, estão os valores, a sociedade, os conflitos e a questão do sentido negociado, e não imposto.

A negociação presume a idéia da coabitação cultural, de reconhecimento do outro. Esse se torna o horizonte da comunicação e, por conseguinte, da democracia, por presumir a organização do poder e da autoridade pela negociação e pelo debate. Essa possibilidade coloca a Comunicação não como solução, mas como um problema a ser administrado e não negado. Assume-se o risco da incomunicação, das tensões e do conflito que não está previsto na exacerbação estratégica da dimensão funcional da Comunicação pelos adeptos da Sociedade da Informação.

O entendimento de que a Comunicação veicula visões da relação com o outro, ao passo que a cultura veicula visões de mundo, favorece o retorno do social entre a política e a cultura. Isso porque, ao andar de mãos dadas com a Cultura, a Comunicação faz pensar e torna-se, nas palavras de Wolton, um “catalisador de conscientização”.

Há uma mudança de estatuto que sinaliza a vitória da Comunicação e, ao mesmo tempo, a necessidade de salvá-la, nessa perspectiva. O que se nota é a passagem da transmissão para a mediação. Menos que um dispositivo técnico, a Comunicação torna-se a condição para simbolização, que permite o funcionamento das sociedades abertas. Ganha o espaço da representação, com reforço da sua dimensão normativa.

Quanto mais a comunicação se instrumentaliza, mais ela se perde, como se finalmente o essencial não estivesse no conteúdo da troca, na intencionalidade dos atores, mas numa certa “poesia” das trocas. (WOLTON, 2006, p.141)

Essa perspectiva revela a contradição que permeia a comunicação, permeada, ao mesmo tempo, pela abundância, a ideologia da técnica, as racionalidades e os serviços. Enfrentar esse desafio, e mais, pensar a incomunicação como estratégia para salvar a comunicação, parece ser estruturante, tanto na perspectiva teórica como na apropriação da Comunicação (e não apenas dos seus aparatos técnicos e de sua dimensão funcional) como elemento desencadeador de processos políticos contemporâneos.

Adiantamos o que parece ser fundamental para pensar a comunicação no contexto de afirmação de direitos e das identidades estigmatizadas: a tentativa por parte dos movimentos sociais em superar o olhar instrumental e ao mesmo tempo pontual dispensado à comunicação por elites políticas, culturais, acadêmicas e estatais, em um jogo simulado que envolve desprezo e utilitarismo.

A IDENTIDADE COMO QUESTÃO CONTEMPORÂNEA E A EMERGÊNCIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As questões envolvendo a afirmação e o reconhecimento de identidades compõem a agenda que permeia as relações sociais na contemporaneidade e que se faz sobre o tripé infernal definido por Wolton (2006): identidade, cultura e comunicação.

Em cenário delineado por Castells (2002) a sociedade contemporânea é caracterizada pela globalização das atividades econômicas e sua organização em redes, pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Em meio a essa estrutura, registra-se nos aspectos culturais a virtualidade do real construído por sistema de mídias onipresente, interligado e diversificado. Além disso, há “transformações das bases materiais da vida – tempo e espaço – com a criação de um espaço de fluxos e um tempo intemporal como expressões das atividades e de elites dominantes” (CASTELLS, 2002, p.17). Nesse cenário contemporâneo, o poder da identidade desafia a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. A demanda e necessidade de afirmar identidades nessa sociedade em rede desafiam, portanto, a lógica dos Estados-nação, da política enquanto gestora dos conflitos, além de reconfigurarem a dinâmica dos espaços públicos e as estratégias para construção de consensos – elementos estratégicos para o debate sobre direitos humanos de grupos como os gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs).

Martín-Barbero (2006) resume com precisão o enquadramento para o debate sobre identidade em meio aos processos de globalização econômica e informacional. Ao apontar uma hegemonia comunicacional do mercado na sociedade, em que a comunicação torna-se meio para inserção das culturas no tempo e espaço do mercado e das tecnologias, Jesús Martín Barbero dimensiona a face das tensões contemporâneas envolvendo “mutações tecnológicas, explosões e implosões das identidades e as reconfigurações políticas das heterogeneidades” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.53).

Para o autor, a cultura assume uma nova dimensão diante dos conflitos entre a revolução das técnicas (papel estruturante da mediação tecnológica da comunicação) e a revitalização das identidades. Há tensões entre o que Martín-Barbero chama de crise das formas de comunicação discursiva como lugar principal da identidade e a demanda pela construção de discursos de experiência que permitam superar a falta de legitimidade dos discursos anônimos.

Em uma sociedade de conexões tecnológicas e de ambiência informacional baseada na infra-estrutura hipertecnológica, na qual se formam dispositivos e as novas estruturas de produção e circulação capitalista, os aparatos de comunicação potencializados pelos mecanismos tecnológicos se apresentam como gestores de dispositivos para regulação simbólica dos espaços sociais (VIZER, 2007).

Somado a isso, os fluxos de dados e informações que permeiam essa estrutura funcional da comunicação são mais do que transferências fluídas que tudo podem e

facilitam, ao contrário, respondem pela circulação sistêmica do global e do local, do público-formal e do privado-real, fraturando seus respectivos marcos temporais de experiência e poder (MARTÍN-BARBERO, 2006).

Esse aspecto político-social de uma configurada sociedade da informação substancia um conflito. Há presença de um fluxo de desestabilização e fluidez das identidades, inseridas na onda dos fluxos que sustentam uma estrutura técnica e financeira das sociedades capitalistas. É um movimento de extremos. De um lado a fluidez e o desenraizamento; de outro, a rigidez e o fechamento identitário, em um exercício estratégico de manutenção de estruturas sociais.

Em meio a esse movimento, há brechas e possibilidades de resistência. É quando as identidades e a demanda pelo seu reconhecimento emergem em meio à disputa por sentido, operadas pelos movimentos de regulação simbólica dos espaços sociais, sobretudo políticos, nas esferas comunicacionais.

(...) o que galvaniza hoje as identidades como motor de luta é a inseparável demanda de reconhecimento e de sentido. Nem um, nem outro são formuláveis em termos meramente econômicos ou políticos, pois ambos se acham referidos ao núcleo próprio da cultura, enquanto mundo do pertencer a, do compartilhar com. Razão pelo qual a identidade se constitui hoje, na negação mais destrutiva, mas também mais ativa, capaz de introduzir contradições na hegemonia da razão instrumental. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 63)

Honneth (2003) já apontava a demanda por reconhecimento como motor das transformações. Teórico da terceira geração da Escola de Frankfurt, Honneth propõe uma teoria que percebe a luta por respeito e reconhecimento como geradora dos conflitos sociais aberta à investigação empírica. São essas as contribuições que nos interessa, especificamente, para discutir o escopo para a ação dos sujeitos que vivenciam sua sexualidade fora da normatividade hegemônica (heterossexualidade compulsória), como são os LGBTs.

Essencialmente, a ideia é de que as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua “tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco compõem a base em que se realiza a transformação normativa gerida das sociedades” (HONNETH, 2003, p.156).

As questões que circulam em torno da demanda por afirmação e significação de uma identidade sexual, estigmatizada pelos mecanismos de uma cultura normativa e regulatória das sexualidades, foram os motores da luta empreendida pelo movimento homossexual, que no Brasil ganha, a partir da década de 1990, o nome de movimento LGBT.

A politização das identidades de um modo geral, a articulação e um reposicionamento da prática política tornaram os movimentos sociais, a partir da década de 1970, espaços de luta que marcaram um rompimento das tradicionais categorias que caracterizaram a ação coletiva calcada na leitura marxista do papel das lutas de classes para entendimento da sociedade.

A introdução de novos fatores que não apenas os econômicos; a relevância das micro-relações, e não apenas macro, para analisar o contexto de relações e lutas sociais; a sociedade civil e não apenas a sociedade política como espaço de conflito e disputa; os movimentos sociais em detrimento das lutas de classe, foram elementos que constituíram o que Gohn (2000) chama de paradigma dos Novos Movimentos Sociais.

O novo sujeito que surge é “coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade, mas também crítico dos seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários e comunitários” (GOHN, 2000, p.123-124). Como consequência, a prática e o espaço da política acabam redefinidos, por abarcar todas as práticas sociais e os atores passam a ser vistos pelos teóricos dos Novos Movimentos Sociais a partir das ações e identidade coletivas criadas nesse processo.

A identidade, nesse caso, não é confundida com papéis sociais, mas é uma forma de identificação com interação, negociação e oposição entre as distintas concepções, que são importantes para a autodefinição dos próprios atores e de seu modo de relacionamento com a sociedade. É a defesa dessa identidade que dá vida aos movimentos.

Como estratégia marcante dos novos movimentos sociais, é importante destacar o uso da mídia e atividades com visibilidade para mobilizar a opinião pública na tentativa de exercer pressão. Por meio de ações diretas, os integrantes desses movimentos atuam no campo mais simbólico para mudança de valores dominantes e para alterar situações de discriminação, inclusive dentro da própria sociedade civil. Ao focarem a dimensão cultural e não apenas econômica, atuam de modo mais participativo e de maneira mais flexível, sem tanta hierarquia, com atuação em redes e campanhas cooperativas.

APONTAMENTOS SOBRE ESTRATÉGIAS IDENTIFICADAS NO PORTAL WWW.ILGA.ORG

A Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersex é uma federação que reúne ativistas, grupos e organizações com atuação local e nacional em mais de 110 países de todos os continentes². Fundada em 1978, a federação tem atuação global contra a discriminação e violação de direitos ligados à orientação sexual e à identidade de gênero, a partir de apoio e fomento de ações e mobilizações de protesto, fornecendo informações e atuando junto aos meios de comunicação e demais organizações internacionais. A articulação de ativistas LGBTs tem nas regiões continentais representações eleitas para integrar um comitê executivo da federação. As escolhas e as decisões sobre as estratégias de atuação são feitas nos encontros bienais com a participação de todos os seus integrantes.

Como parte do fortalecimento da rede de ativistas, a ILGA iniciou a implementação de projeto de comunicação com a proposta de fortalecer a articulação, sobretudo nas regiões da Ásia, África, América Latina e Caribe³. A proposta é oferecer ferramentas e espaços de comunicação capazes de fazer do grupo um ator global do movimento LGBT, com ações que incluem mapeamento do ativismo e dos cenários ligados a violação de direitos contra LGBTs nos Estados, fortalecimento da rede de ativistas e de grupos parceiros e a produção de informação sobre a Federação. Um dos pontos centrais do projeto é a criação de um portal na internet, que congrega e possibilita a formatação das estratégias sugeridas pelo *Proyecto de desarrollo y comunicaciones da ILGA*.

O portal www.ilga.org é um espaço colaborativo, parecido com portais de relacionamentos sociais, com ferramentas técnicas pensadas para a geração coletiva e interativa de informações e conhecimentos ligados aos temas de interesse do movimento político e da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersex.

Os conteúdos, bem como os espaços de natureza bem específica – notícias, informações institucionais e informações e conhecimentos relacionados ao capital político do movimento – estão co-relacionados no portal, dialogando sinergicamente, em uma perspectiva de coexistirem enquanto espaços virtuais na geração de informação (contrainformação) em suas mais diversas modalidades e culminando em uma grande narrativa em torno da promoção da visibilidade e de experiências políticas de ativistas. Nota-se que essa grande narrativa colaborativa, potencializada pela apropriação dos recursos tecnológicos disponíveis no portal, procura costurar, simbolicamente, uma contra-incidência nas demais esferas públicas na disputa contra os dispositivos de regulação simbólica das arenas sociais (VIZER, 2007).

O portal e suas ferramentas tecnológicas apresentam a idéia desse espaço: a produção de conteúdo depende, exclusivamente, da participação e colaboração da rede de ativistas estimulados a integrar à proposta. Há uma primeira indicação estratégica: a comunicação como um espaço e não instrumento.

Para lembrar Wolton (2006), a consciência política cria a articulação e não as tecnologias; mesmo existindo uma relação entre consciência política e informação, não há um determinismo dessa última. Nessa perspectiva, a lógica em que está estruturado o desenho e funcionamento técnico do Portal é perceptível a uma lógica menos instrumental e mais normativa para a comunicação pensada no contexto de luta política. O que não significa que o processo colaborativo de apropriação das ferramentas não venha acompanhado de uma instrumentalização desse espaço comunicacional, segundo a lógica de fluxos de dados e informação deslocada de uma estratégia de ação política. O que destacamos que é na leitura da lógica política que estrutura o desenho e o funcionamento

técnico do portal, a perspectiva apontada inicialmente é acentuada, uma vez que as ferramentas e a proposta do projeto de comunicação do portal permitem diferenciar a mediação tecnológica da comunicação do papel normativo da comunicação na produção do que para o movimento político é importante: a geração de capital social.

No olhar de Matos (2009), capital social é entendido como origem e resultado de ações comunicativas. A autora cunha a expressão capital comunicacional para ressaltar o potencial das práticas comunicativas para a solução de problemas e impasses. Na definição de Bourdieu, apresentada pela autora, capital social é um conjunto de recursos atuais e potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento. Para ele, “o capital social descreve circunstâncias nas quais os indivíduos podem se valer de sua participação em grupos e redes para atingir metas e benefícios” (MATOS, 2009, p.35).

Vejamos a estrutura do portal, nessa perspectiva. É possível identificar uma arquitetura que reúne do ponto de vista visual e textual quatro espaços característicos. O primeiro reúne informações jornalísticas divulgadas pelos meios de comunicação de todo mundo sobre temas de interesse do movimento LGBT, em um filtro que condensa assuntos diversos. Outro espaço possível de identificar refere-se ao dedicado às informações organizadas de modo didático por área e temáticas em um mapa interativo que contribui como informe sobre a situação dos direitos humanos de LGBTs em cada um dos países. Há também o espaço dedicado às informações de caráter institucional da ILGA e de seus grupos e ativistas. E, por fim, a sessão *Qual é o seu ativismo?* permite que ativistas apresentem relatos de suas experiências e suas histórias como LGBTs.

Esse conjunto é permeado pela metodologia colaborativa entre os ativistas que aderem à proposta do portal e, a partir daí, participam da sua construção com fornecimento de conteúdos que permeiam todas as quatro sessões. Por isso, o espaço virtual conta com ferramentas que permitem envio de informações e produção de conhecimentos, a partir das ações políticas desencadeadas localmente. O processo colaborativo permite que os próprios ativistas contribuam na tradução de conteúdo para um dos quatro idiomas do portal (português, espanhol, inglês e francês).

O portal explora recursos audiovisuais e gráficos, além do conteúdo em textos escritos. As ferramentas disponíveis permitem o registro dos ativistas e dos grupos, facilitando a interação entre os que já estão inseridos na articulação ILGA, como também abrindo espaço para a inserção de novos ativistas e colaboradores. Todos se integram em uma espécie de diretório virtual que os permitem compartilhar conteúdos, depois de efetuarem registros.

Os recursos e ferramentas são um meio para a produção dos conteúdos que coabitam entre os quatro principais espaços identificados que, por sua vez, compõem o conjunto do portal, com uma lógica textual e uma identidade visual. Essa lógica permeada por estratégias de gestão da comunicação⁴ responde pela composição de uma extensa narrativa estratégica de contrainformação que extrapola os limites da representação e caminha para atender a demanda por reconhecimento empreendida pelo movimento político.

Na disputa com os fluxos e as estratégicas relações de poder que estão embutidas na lógica da densa circulação de dados e informações, as identidades em suas diversas manifestações tem uma relação politicamente estratégica com a narratividade. Para Martín-Barbero (2006), a relação entre narração e identidade é constitutiva. Para que a pluralidade das culturas seja legitimada politicamente é fundamental que a diversidade de identidades seja contada “em cada um dos idiomas e ao mesmo tempo na linguagem multimídia em que hoje se realiza o movimento das traduções – do oral ao escrito, ao audiovisual, ao informático –, e nesse outro, ainda mais complexo e ambíguo: o das apropriações e das miscigenações” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.63).

Seguindo nessa tentativa de apontar as potencialidades do projeto de comunicação da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Intersexuais em aspectos que em nosso entendimento substanciam uma estratégia comunicacional que avança na compreensão das novas tecnologias

da informação e da comunicação no contexto das lutas políticas contemporâneas, nota-se que o portal www.ilga.org aproxima-se das características apontadas por Vizer (2007), a de meio de organização. A categoria é usada para classificar a natureza dos meios de comunicação que se diferencia dos meios de informação (tradicionalmente classificados como meios de comunicação de massa) e dos meios radicais (com função aberta de crítica ao modelo de sociedade vigente). Os meios de organização são os canais utilizados pelos movimentos sociais para difundirem idéias e propostas políticas. Adota a denúncia crítica dos meios radicais e procura expandir as ideias da organização ou grupo a que está vinculado na busca por legitimidade e reconhecimento.

Mais como espaço de comunicação para a ação política e menos como fim meramente utilitário e funcional do movimento LGBT, os quatro espaços identificados que se correlacionam configuram uma arquitetura ao portal em análise que é estratégica para localizar e distinguir a *comunicação* em meio às *tecnologias mediadas pela comunicação*. A confusão entre as duas categorias e a expressiva supremacia da última caracteriza, comumente, a apropriação mitificadora e salvacionista das novas tecnologias nas ações e movimentos sociais organizados.

Notamos que essa tentativa de apropriação comunicacional das tecnologias da informação e da comunicação, está presente, ao menos, na proposta política do projeto de comunicação e na sua configuração como portal. Uma indicação de que a comunicação é um processo-meio e não processo-fim para a ação política. Mais do que motivar e inspirar o vínculo e identificação, a construção de repertórios e da formação de valores culturais e políticos, a comunicação e os recursos tecnológicos confluem-se e perpassam constitutivamente o processo de desencadeamento das práticas sociais.

As práticas sociais possuem, segundo Vizer (2007), dupla face: prática enquanto ação social objetiva e, em uma segunda instância, prática enquanto sentido da ação, entendida como comunicação humana e social. As práticas sociais se expressam, na perspectiva de análise do autor, em três dimensões. As mesmas dimensões são identificadas correlacionadas nos espaços que compõem a arquitetura narrativa do portal www.ilga.org, conforme apresentado anteriormente.

A primeira dimensão, referencial, diz respeito à dimensão do discurso ligado à realidade externa (de que se fala), presente no portal, em grande parte, nos espaços dedicados às informações jornalísticas e aos dados informativos e conhecimentos sobre o cenário político mundial no qual está imerso o movimento LGBT. A segunda dimensão, interferencial, relativa à interação social entre os atores que se referenciam mutuamente, permeia tanto os espaços destinados à troca de dados, informações e conhecimentos entre os

ativistas e suas organizações nos diretórios criados, mas como metodologia consubstanciada por ferramentas que permitem a tradução e construção coletiva de conteúdos no modelo wikipedia. Consideramos essa dimensão estruturante na proposta de comunicação, na medida em que funciona como motor da narrativa contra-hegemônica e de resistência e que subsidia, em nosso entendimento, a proposta do portal.

Por fim, a terceira dimensão é a auto-referencial, processo de identidade e identificação do movimento enquanto sujeito e ator social, que considera a representação como um elemento para o reconhecimento dos sujeitos, conforme Vizer (2007). Os espaços dedicados ao *Qual é o seu ativismo?* e *Conte sua História* apresentam de modo muito explícito essa dimensão na construção da narrativa em torno do reconhecimento gestada no interior do portal e que contribui para construção do capital social, fundamental para as disputas no universo simbólico e permeado de dispositivos reguladores nos espaços informacionais e de comunicação funcional nos fluxos.

Nessa vertente, conforme Vizer (2007), os processos de comunicação e informação como dispositivos culturais apropriados pelos agentes sociais para construir e cultivar ambientes e contextos de relações previsíveis e estáveis vão tecendo um mundo da vida, assegurando recursos para sobrevivência dos sujeitos, entre eles normas, valores, formas de associação e vinculação, além das dimensões culturais, simbólicas e imaginárias.

A capacidade de contra-informação, nesse caso, ganha um sentido interessante, na medida em que a comunicação, nos contextos desiguais, mobiliza para a distensão e desestabilização que reacomoda forças e relações de poder. Organizar uma narrativa que demanda reconhecimento, em relatos que politizam as identidades, combinados com os relatos de não-reconhecimento inscritos nos fluxos informativos que chegam de todos os países, como potencialmente está colocada a operação do portal da ILGA, estruturam uma estratégia de contrainformação, que supera a representação e a visibilidade como meio-fim.

Ao invés de mais uma informação na lógica dos fluxos globais, o cenário de demandas do movimento político acaba conjugado à lógica comunicativa em que coabitam e mantêm a legitimidade dos três discursos identificados por Wolton (informação, conhecimento e ação), importantes para referenciar os atores, sejam ativistas ou LGBTs que habitam o mundo da vida. Essa distinção de discursos preserva referências importantes para que sujeitos conservem a “geografia intelectual e cultural” para situar-se no mundo aberto e, por conseguinte, atuarem como atores. Entrar em contato, aprender e interagir são as formas de ação na contemporaneidade e fundamentam o discurso da conexão, de acordo com Wolton (2006).

O portal oferece a possibilidade, pelo modo como está estruturado, de organizar simbolicamente o discurso da informação, do conhecimento e da ação, a partir de um estatuto político para o estar conectado. É possível perceber que esse espaço não é apenas mais um canal do movimento LGBT a ser apropriado como difusor de informação na perspectiva da visibilidade. Ao contrário, procura criar fluxos, conferindo perspectiva à informação-militância gerida no conjunto do ativismo, ao conhecimento político elaborado nesse exercício de disputas e à ação política em si, capaz de situar e referenciar o ativismo, em meio às disputas na sociedade aberta.

O portal www.ilga.org estruturalmente elabora uma narrativa interessante. Em meio ao fluxo de informação, ideologicamente racionalizada como dado homogêneo pelo discurso da dita Sociedade da Informação, o que se nota é uma conjugação para significar o conteúdo que chega, a partir dos ativistas, em uma demonstração de que a contrainformação para o reconhecimento entende a informação atrelada ao imaginário, como construção cultural que remete a densidade de uma sociedade (WOLTON, 2006). O que significa que a “informação busca, quando colocada em fluxo, a opinião, continente que reúne histórias, representações e ideologias” (ibid, p. 86). A possibilidade de coabitação entre o discurso informacional, nessa perspectiva, com a narrativa da experiência que chega da diversidade de vivências e ativismos LGBTs, transformam o portal, ele próprio em um espaço de conflito e não de consenso. Quanto mais informações, mais rumores, imaginários e opiniões divergentes no interior da própria rede. Uma contribuição que, na perspectiva comunicacional, é importante para a ação política de movimentos sociais que se pautam pela diversidade de temas e uma série de contradições, como é o movimento LGBT. Organizar essa sinfonia que a comunicação desperta é um desafio que acompanha a musculatura, a articulação interna e a força social do movimento. A comunicação, menos como instrumento, torna-se espaço aliada nesse contexto, quando pensada pelo desafio da incomunicação, perspectiva que embora não prevista clara e conscientemente na proposta de comunicação, viciada na funcionalidade comumente dos projetos nesse sentido, está possibilitada e, por certo, desafiará a viabilidade do portal em análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação dos aparatos tecnológicos pelo portal em estudo oferece uma indicação significativa capaz de referenciar o debate sobre a comunicação no contexto dos movimentos sociais na contemporaneidade. É evidente que limitações e desafios ao projeto de comunicação em estudo são questões presentes e consideradas para composição dessa breve análise. O processo de apropriação

dos aparatos tecnológicos, a partir de uma nova perspectiva comunicacional, que inclui a crítica ao pensamento mítico que circunda o debate sobre a “sociedade da informação”, é um processo que se constrói sob o signo da resistência do pensamento informacional, que ainda coloniza os debates sobre comunicação, sobretudo nos espaços e arenas sociais que, contraditoriamente, não de desfizeram da percepção salvacionista (a comunicação tudo pode) e, ao mesmo tempo, do olhar que despreza e torna utilitária a comunicação e os artefatos tecnológicos que permeiam o espaço dos movimentos e das organizações sociais.

NOTAS

1 Esse olhar compartilha do pensamento de Wolton (2006) de que qualquer teoria implícita ou explícita para pensar a comunicação remete a uma teoria da sociedade, ou seja, a uma representação das relações sociais, da cultura, da hierarquia, do poder (p. 126).

2 Fonte: www.ilga.org, acesso em 01 de jul de 2010.

3 A versão do projeto foi apresentada durante a V Conferência da Ilga América Latina e Caribe, em janeiro de 2010, na cidade de Curitiba. A conferência é espaço em que são decididas as agendas e as ações da articulação do movimento e que reúne todos os grupos e ativistas filiados no continente.

4 Compreendemos a gestão da comunicação, nesse contexto, como um conjunto de saberes que permite a compreensão de métodos e técnicas de identificação e diagnóstico dos problemas comunicacionais entendidos em sua complexidade. Esses saberes estão associados a projetos de intervenção, que permitem construir canais de mediação para o fluxo democrático e estratégico de informação e conhecimento, pautando a ação política dos atores nas regras de uma sociabilidade em que o uso da informação e conhecimento também assume dimensão política importante em meio ao conflito entre fluxos e identidades, dispositivos de regulação simbólica dos espaços sociais pelos aparatos técnicos e comunicacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORREA, Sonia; ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos - pauta global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (orgs.). *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 17-78.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOHN, Maria da Glória M. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. IN: MORAES, Denis de (org.). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.

MATOS, Heloiza. *Capital Social e Comunicação – interfaces e articulações*. São Paulo: Summus, 2009.

SIMÕES, Julio; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

VIZER, E.A. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. IN: VICENTE, Maximiliano Martins (org.). *Mídia e sociedade – perspectivas*. Bauru: Canal 6, 2007.

WOLTON, Dominique. *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus, 2006.